



**CENTRO SOCIAL E COMUNITARIO  
DO PLANALTO DE JALES**

**Anexo**

**31 de dezembro de 2019**

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	4
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	4
3.1	Bases de Apresentação .....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	9
5	Activos Fixos Tangíveis.....	9
6	Activos Intangíveis .....	11
7	Loações.....	11
8	Custos de Empréstimos Obtidos.....	11
9	Inventários .....	11
10	Rédito.....	11
11	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.....	11
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	11
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	11
14	Imposto sobre o Rendimento .....	12
15	Benefícios dos empregados .....	12
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	12
17	Outras Informações .....	12
17.1	Investimentos Financeiros .....	12
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros .....	12
17.3	Clientes e Utentes.....	12
17.4	Outras contas a receber.....	13
17.5	Diferimentos .....	13
17.6	Outros Activos Financeiros .....	13
17.7	Caixa e Depósitos Bancários .....	13
17.8	Fundos Patrimoniais .....	14
17.9	Fornecedores .....	14
17.10	Estado e Outros Entes Públicos .....	14
17.11	Outras Contas a Pagar.....	15
17.12	Outros Passivos Financeiros.....	15
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração .....	15
17.14	Fornecimentos e serviços externos .....	15

*FLA* *AL*  
*Y*  
*R.*

---

17.15 Outros rendimentos e ganhos .....	16
17.16 Outros gastos e perdas .....	16
17.17 Resultados Financeiros .....	16
17.18 Acontecimentos após data de Balanço.....	17

## **1 Identificação da Entidade**

---

A “CENTRO SOCIAL E COMUNITARIO DO PLANALTO DE JALES” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação sob o nº 107/95, do livro nº6 das associações de Solidariedade Social com estatutos publicados no Diário da República, com sede em LARGO DO TOURAL.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

---

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

## **3 Principais Políticas Contabilísticas**

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

### **3.1.1 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### **3.1.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4 Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5 Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	8
Outros Activos fixos tangíveis	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

### 3.2.2 Ativos Intangíveis

#### 3.2.3 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes s da Entidade ou os ser

#### 3.2.4 Instrumentos Financeiros

#### 3.2.5 Fundos Patrimoniais

### 3.2.6 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.7 Financiamentos Obtidos

### 3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos





termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### **5 Activos Fixos Tangíveis**

##### Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os

abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revaloriz.	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	19 952,00					19 952,00
Edifícios e outras construções	296934,54					296 934,54
Equipamento básico	48 600,44					48 600,44
Equipamento de transporte	44 564,92					44 564,92
Equipamento biológico	5 450,60					5 450,60
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Activos fixos tangíveis	4 631,52					4 631,52
<b>Total</b>	<b>420 134,02</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>420 134,02</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	118 840,38					124 779,07
Equipamento básico	41 927,51					44 149,45
Equipamento de transporte	44 564,92					44 564,92
Equipamento biológico	5 032,88					5 241,73
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Activos fixos tangíveis	4 631,52					4 631,52
<b>Total</b>	<b>214 997,21</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>223 366,69</b>

Descrição	2019					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revaloriz.	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	19 952,00					19 952,00
Edifícios e outras construções	296 934,54					296 934,54
Equipamento básico	48 600,44					48 600,44
Equipamento de transporte	44 564,92					44 564,92
Equipamento biológico	5 450,60					5 450,60
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	4 631,52					4 631,52
<b>Total</b>	<b>420 134,02</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>420 134,02</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	124 779,07					130 717,76
Equipamento básico	44 149,45					46 371,39
Equipamento de transporte	44 564,92					44 564,92
Equipamento biológico	5 241,73					5 450,58
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	4 631,52					4 631,52
<b>Total</b>	<b>223 366,69</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>231 736,17</b>

- 6 Ativos Intangíveis  
 7 Locações  
 8 Custos de Empréstimos Obtidos  
 9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2018				2019		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	15 608,81	27 160,01	0,00	14 564,91	27 186,88	0,00	10 694,04
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>15 608,81</b>	<b>27 160,01</b>	<b>0,00</b>	<b>14 564,91</b>	<b>27 186,88</b>	<b>0,00</b>	<b>10 694,04</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				28 203,91			31 250,25
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

## 10 Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2019	2018
Vendas	0,00	0,00
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	61 269,79	55 610,95
Quotas e jóias	0,00	861,50
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	2 512,33
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>61 269,79</b>	<b>58 984,78</b>

## 11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

## 12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

## 13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

## 14 Imposto sobre o Rendimento

Não existe imposto corrente contabilizado.

## 15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2019 e 2018, foram, respetivamente 3.

Os órgãos diretivos não usufruem remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019 foi de "8" e em 31/12/2018 foi de "9".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	92 267,93	82 455,18
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	20 339,04	18 468,86
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	943,64	1 705,00
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	19,50	301,32
<b>Total</b>	<b>113 570,11</b>	<b>102 930,36</b>

## 16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 17.1 Investimentos Financeiros

### 17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

### 17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2019	2018
<b>Cientes e Utentes c/c</b>		
Cientes	13,37	309,14
Utentes	0,00	0,00
<b>Cientes e Utentes títulos a receber</b>		
Cientes	-3 956,12	-3 621,70
Utentes	0,00	0,00
<b>Cientes e Utentes factoring</b>		
Cientes		
Utentes		
<b>Cientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Cientes		
Utentes		
<b>Total</b>	<b>-3 942,75</b>	<b>-3 312,56</b>

Nos períodos de 2019 e 2018 não foram registadas “Perdas por Imparidade”:

#### 17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Remunerações a pagar ao pessoal	-5 738,95	-5 927,98
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	0,00	0,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>-5 738,95</b>	<b>-5 927,98</b>

#### 17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

#### 17.6 Outros Ativos Financeiros

#### 17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2019	2018
Caixa	180,19	1 761,52
Depósitos à ordem	8 607,73	20 290,31
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
<b>Total</b>	<b>8 787,92</b>	<b>22 051,83</b>

### 17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	123 035,68	0,00	-1 801,77	121 233,91
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	100 830,32	0,00	-8 369,49	92 460,83
<b>Total</b>	<b>223 866,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-10 171,26</b>	<b>213 694,74</b>

### 17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	3 956,12	3 621,70
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>3 956,12</b>	<b>3 621,70</b>

### 17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	15 445,30	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>15 445,30</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulaes (IRS)	0,00	0,00
Segurança Social	2 194,41	2 254,67
Outros Impostos e Taxas	61,85	61,85
<b>Total</b>	<b>2 256,26</b>	<b>2 316,52</b>

**17.11 Outras Contas a Pagar**

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar		5 738,95		5 927,98
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
<b>Fornecedores de Investimentos</b>		<b>167 497,32</b>		<b>2 300,00</b>
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>Outros credores</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>173 236,27</b>	<b>0,00</b>	<b>8 227,98</b>

**17.12 Outros Passivos Financeiros****17.13 Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2018
Subsídios do Estado e outros entes públicos	96 092,58	97 403,56
Subsídios de outras entidades	7 156,08	1 835,11
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>103 248,66</b>	<b>99 238,67</b>

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

**17.14 Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	6 792,29	6 132,13
Materiais	1 250,44	733,04
Energia e fluidos	16 231,60	16 151,41
Deslocações, estadas e transportes	1 872,69	89,00
Serviços diversos	3 459,38	5 159,22
<b>Total</b>	<b>29 606,40</b>	<b>28 264,80</b>

### 17.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	873,76	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	12 295,98	8 638,36
<b>Total</b>	<b>13 169,74</b>	<b>8 638,36</b>

### 17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	18,39	585,90
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	275,51	20,00
<b>Total</b>	<b>293,90</b>	<b>605,90</b>

### 17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	143,84	289,13
<b>Total</b>	<b>143,84</b>	<b>289,13</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	0,00	2 512,33
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>2 512,33</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-143,84</b>	<b>2 223,20</b>



### 17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela direção em 15 de janeiro de 2020.

ALFARELA DE JALES, 31 de dezembro de 2019

O Contabilista Certificado

A Direção



CENTRO SOCIAL E COMUNITARIO DO PLANALTO DE JALES  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte: 503365688

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados		61.269,79	56.472,45
Subsídios, doações e legados à exploração		103.248,66	99.238,67
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		31.250,25	28.203,91
Fornecimentos e serviços externos		29.606,40	28.264,80
Gastos com o pessoal		113.570,11	102.930,36
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		13.169,74	8.638,36
Outros gastos		293,90	605,90
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>2.967,53</b>	<b>4.344,51</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		8.369,48	8.369,48
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-5.401,95</b>	<b>-4.024,97</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	2.512,33
Juros e gastos similares suportados		143,84	289,13
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-5.545,79</b>	<b>-1.801,77</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-5.545,79</b>	<b>-1.801,77</b>

A Direção

O Responsável



**CENTRO SOCIAL E COMUNITARIO DO PLANALTO DE JALES**  
**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

Contribuinte: 503365688

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis		350 449,87	209 067,33
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		350 449,87	209 067,33
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		10 694,04	14 564,91
Créditos a receber		13,37	309,14
Estado e outros entes públicos		15 445,30	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos correntes		2 333,10	0,00
Caixa e depósitos bancários		8 787,92	12 505,18
		37 273,73	27 379,23
<b>Total do ativo</b>		387 723,60	236 446,56
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		121 233,91	123 035,68
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		92 460,83	100 830,32
		213 694,74	223 866,00
Resultado líquido do período		-5 545,79	-1 801,77
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		208 148,95	222 064,23
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		3 956,12	3 621,70
Estado e outros entes públicos		2 382,26	2 532,65
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes		173 236,27	8 227,98
		179 574,65	14 382,33
<b>Total do passivo</b>		179 574,65	14 382,33
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		387 723,60	236 446,56

A Direção

O responsável

